



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS  
CNPJ Nº 08.782.146/0001-48  
Av. Major Augusto Bezerra, 02 – centro. CEP: 58228-000  
Fone/ Fax: (83) 3377 1058; E-mail: [adm@pmdonaines.pb.gov.br](mailto:adm@pmdonaines.pb.gov.br)

**Lei nº 633, de 13 de junho de 2013.**

**ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA  
ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL  
DO MUNICÍPIO RELATIVO AO EXERCÍCIO E  
"2014" E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE DONA INÊS, ESTADO DA  
PARAÍBA**, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do  
Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e sanciona a seguinte  
Lei:

### **DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 1º** - Esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o  
Exercício 2014, obedecendo ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição  
Federal e no artigo 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000,  
destacando:

- I – Os Objetivos Gerais da Administração;
- II – A Organização do Orçamento;
- III – A Receita Prevista;
- IV – A Despesa Fixada;
- V – As Despesas com Pessoal e Encargos;
- VI – Os dispositivos relativos à Dívida Municipal;
- VII – Os Programas de Trabalho do Governo;
- VIII – Disposições Finais.

#### **I – DOS OBJETIVOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 2º** - As ações financiadas com recursos do orçamento de que trata a  
presente Lei, deverão buscar, prioritariamente, os seguintes objetivos:

- I – Diminuição da mortalidade infantil, mediante execução de ações  
básicas de saúde e de saneamento;
- II – Combate à pobreza e à exclusão social;
- III – Melhoria dos serviços prestados à população com atenção especial  
as áreas de educação e saúde;
- IV – Melhoria das condições de moradia da população de baixa renda;
- V – Plena oferta de vagas na rede de ensino municipal;
- VI – Melhoria da infraestrutura básica do município e preservação do  
meio ambiente;
- VII – Incentivo a geração de renda e erradicação de trabalho infantil;
- VIII – Oferta de educação pré-escolar para todas as crianças de famílias  
de baixa renda;



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS  
CNPJ Nº 08.782.146/0001-48  
Av. Major Augusto Bezerra, 02 – centro. CEP: 58228-000  
Fone/ Fax: (83) 3377 1058; E-mail: [adm@pmdonaines.pb.gov.br](mailto:adm@pmdonaines.pb.gov.br)

IX – Execução de ações voltadas para a preservação da cultura.

**Parágrafo Único** - O município buscará o apoio de outros entes governamentais com o fim de implementar as ações voltadas para os objetivos estabelecidos neste artigo.

## II – DA ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para fins previstos nesta Lei compreende-se por:

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA** – cada um dos órgãos aos quais serão consignados os créditos orçamentários e as dotações respectivas para execução de seus programas de trabalho;

**PROGRAMA** – instrumentos através do qual são definidos os objetivos finais da ação governamental;

**PROJETO** – instrumento de programação para alcançar os objetivos finais de um programa envolvendo um conjunto de ações desenvolvidas de forma limitada no tempo, das quais resultarão a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;

**ATIVIDADE** – instrumento de programação para alcançar os objetivos finais de um programa envolvendo um conjunto de ações que se desenvolvem de modo contínuo e permanente, necessárias à manutenção da ação governamental;

**OPERAÇÃO ESPECIAL** – gastos que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto final e nem contraprestação direta em bens ou serviços.

**Parágrafo Único** – Cada programa de trabalho deverá corresponder a um código numérico que o identifique quanto a função, sub-função, programa, projeto, atividade e/ou operação especial a que estiver vinculado, enquanto que o código da natureza da despesa deverá evidenciar a categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e ainda a fonte de financiamento.

Art. 4º - A proposta orçamentária a ser encaminhada, deverá obedecer as disposições contidas no artigo 22 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

## III – DA RECEITA PREVISTA

Art. 5º - A previsão da receita tributária não poderá ser inferior a 1% (um por cento) da receita total, exclusive as transferências de convênios com finalidades previamente estabelecidas.



SECRET - CONFIDENTIAL - TOP SECRET - SECRET



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS  
CNPJ Nº 08.782.146/0001-48  
Av. Major Augusto Bezerra, 02 – centro. CEP: 58228-000  
Fone/ Fax: (83) 3377 1058; E-mail: [adm@pmdonaines.pb.gov.br](mailto:adm@pmdonaines.pb.gov.br)

**Art. 6º** - As Receitas de Transferências Constitucionais da União e do Estado, em favor do Município, serão estimadas com base em informações fornecidas pelos órgãos governamentais competentes.

**Art. 7º** - O Orçamento Municipal deverá consignar como receitas orçamentárias, todos os recursos recebidos pelo Município, inclusive os provenientes de transferências que lhe venham a ser feitas por outras pessoas de direito público ou privado, quer sejam relativas a Convênios, Contratos, Acordos, Auxílios, Subvenções ou Doações, excluídas apenas aquelas de natureza Extra-Orçamentária cujo produto não tenha como destinação o atendimento as Despesas Públicas Municipais.

#### IV – DA DESPESA FIXADA

**Art. 8º** - A fixação da despesa levará em conta critérios que atendem a exatidão bem como os objetivos, prioridades e metas estabelecidas por esta Lei.

**Art. 9º** - A despesa total do Poder Legislativo, em relação ao orçamento, obedecerá ao disposto no artigo 29 A, Inciso I e § 1º da Constituição Federal e demais legislações pertinentes.

**Art. 10º** - A Lei de orçamento, conterà autorização para abertura de créditos suplementares destinado ao reforço de dotações, remanejamento e transferência de recursos, limitada a 60% (sessenta por cento) da despesa fixada.

**Art. 11º** - A transferência de recursos, destinada ao custeio de serviços de responsabilidade de outros entes da federação, somente será objeto de inclusão no orçamento quando envolver o atendimento a situações de interesse local, atendidas as disposições contidas no artigo 62, da Lei Complementar 101/2000, e será fixada mediante crédito orçamentário específico.

**Art. 12º** - Os investimentos de execução superiores a um exercício financeiro, que resultarem em despesas de capital, somente serão contemplados com dotações no orçamento de que trata a presente Lei se integrarem o Plano Plurianual, ou se a inclusão neste, tiver sido legalmente autorizada.

**Art. 13º** - A Reserva de Contingência será constituída à base de 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida estimada, constará no orçamento como dotação global não previamente destinada a determinado órgão, fundo de despesa, com o fim de cobrir eventualidades fiscais e passivos contingentes.

**Art. 14º** - As ações resultantes de convênios acordos de cooperação com finalidades específicas, celebrados com outros entes da federação, não





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS  
CNPJ Nº 08.782.146/0001-48  
Av. Major Augusto Bezerra, 02 – centro. CEP: 58228-000  
Fone/ Fax: (83) 3377 1058; E-mail: [adm@pmdonaines.pb.gov.br](mailto:adm@pmdonaines.pb.gov.br)

previstas no orçamento, serão realizadas mediante abertura de créditos especiais, limitando-se o valor ao montante ajustado.

**Parágrafo Único** – Os decretos de abertura dos créditos autorizados na forma deste artigo, especificarão os programas de trabalho com seus respectivos códigos e natureza das despesas.

**Art. 15º** - É vedada a concessão de crédito orçamentário com finalidade ou com dotação imprecisa.

## V – DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

**Art. 16º** - A despesa geral do Município com pessoal, definida na forma do artigo 18 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida e observada a seguinte distribuição:

- I – Poder Executivo 54%
- II – Poder Legislativo 6%

**Art. 17º** - Para os fins previstos nesta Lei, integrarão a Receita Corrente Líquida, todas as receitas correntes, com exclusão das destinadas aos custeios previdenciários e das provenientes de compensação financeira, na forma da Lei nº 9.796 de 05 de maio de 1999.

**Art. 18º** - Integrarão a despesa com pessoal:

- I – Vencimentos e salários dos servidores ativos;
- II – Proventos garantidos aos inativos e pensionistas;
- III – Encargos sociais a qualquer título;
- IV – Gastos com vantagens adicionais, serviços extraordinários e ajudas de custo;
- V – Subsídios dos agentes políticos;
- VI – Gastos com terceirização de mão-de-obra;

**Parágrafo Primeiro** – Não serão incluídas no cálculo do limite previsto no artigo anterior:

- I – Despesas com indenização trabalhista;
- II – Despesas com incentivo à demissão voluntária;
- III – Despesas decorrentes do cumprimento de decisão judicial relativa a período anterior ao considerado na apuração;

**Art. 19º** - Se a despesa com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 16 desta Lei, a adoção de providências que objetivarem a sua adequação preservará os setores de educação, saúde e assistência social.



...de către serviciul de informații securității naționale...

...în scopul asigurării securității naționale...

...conținutul prezentei instrucțiuni...

### ARTICOLUL 1. SCOPELE DE APLICARE

1. Prezenta instrucțiune se aplică tuturor...

- I - Serviciul de Informații Securității Naționale
- II - Serviciul de Informații Securității Naționale

2. Prezenta instrucțiune se aplică...

Art. 3 - Informații de securitate

- I - Informații de securitate
- II - Informații de securitate
- III - Informații de securitate
- IV - Informații de securitate

- V - Informații de securitate
- VI - Informații de securitate

3. Informațiile de securitate...

- I - Informații de securitate
- II - Informații de securitate
- III - Informații de securitate

4. Informațiile de securitate...



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS  
CNPJ Nº 08.782.146/0001-48  
Av. Major Augusto Bezerra, 02 – centro. CEP: 58228-000  
Fone/ Fax: (83) 3377 1058; E-mail: [adm@pmdonaines.pb.gov.br](mailto:adm@pmdonaines.pb.gov.br)

**Art. 20º** - Se os gastos referidos no artigo anterior atingirem o limite com a prudência de que trata o artigo 22 da Lei Complementar 101/2002 a realização de serviços extraordinários ficará restrita apenas aos setores de educação e saúde em casos excepcionais.

**Art. 21º** - Para os fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto no artigo 71 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.

## **VI – DOS DISPOSITIVOS RELATIVOS À DÍVIDA MUNICIPAL**

**Art. 22º** - O orçamento conterà dotações específicas destinadas a atender ao pagamento decorrente de amortização de débitos resultantes de parcelamentos de encargos previdenciários e de outras dívidas patronais, inclusive precatórios expedidos pelo Poder Judiciário.

**Art. 23º** - A Lei de Orçamento poderá autorizar a contratação de operações de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO – respeitando o disposto no artigo 38 da Lei Complementar 101/2000.

## **VII – DOS PROGRAMAS DE TRABALHO**

**Art. 24º** - O orçamento de que trata a presente Lei, contemplará com alocação de recursos, prioritariamente, todas as atividades constantes no vigente orçamento e, obrigatoriamente, todos os projetos previstos para 2014, que integrarão o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017, ressalvados aqueles que vierem a sofrer supressões por força de disposição legal, estando autorizado a constar todos os programas legalmente instituídos.

**Parágrafo Único** – Poderão ser incluídos no orçamento, independentemente de previsão plurianual específica, dotações para o financiamento de programas conveniados com outras esferas de governo, cuja contrapartida municipal seja inferior a 30% (trinta por cento) do valor ajustado.

## **VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 25º** - O Poder Executivo poderá promover limitação de empenhos e/ou propor alteração na legislação tributária, sempre que houver risco de comprometimento do equilíbrio fiscal.

10162  
10162  
10162  
10162

Art. 307 - Se os gastos relativos ao artigo anterior forem superiores a 10% do total das despesas autorizadas para o exercício financeiro, o Poder Executivo poderá solicitar ao Poder Legislativo a redução das despesas autorizadas para o exercício financeiro, observado o disposto no inciso III do artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 308 - Fica estabelecido que o Poder Executivo poderá solicitar ao Poder Legislativo a redução das despesas autorizadas para o exercício financeiro, observado o disposto no inciso III do artigo 167 da Constituição Federal, quando o total das despesas autorizadas para o exercício financeiro for superior a 10% do total das despesas autorizadas para o exercício financeiro.

#### VI - DOS DISPOSITIVOS RELATIVOS À DIVISÃO MUNICIPAL

Art. 309 - O Poder Executivo poderá solicitar ao Poder Legislativo a redução das despesas autorizadas para o exercício financeiro, observado o disposto no inciso III do artigo 167 da Constituição Federal, quando o total das despesas autorizadas para o exercício financeiro for superior a 10% do total das despesas autorizadas para o exercício financeiro.

Art. 310 - A Lei de Orçamento poderá autorizar a contratação de serviços de natureza essencial para o funcionamento do Poder Executivo, observado o disposto no inciso III do artigo 167 da Constituição Federal.

#### VII - DOS PROCEDIMENTOS DE TRABALHO

Art. 311 - O Poder Executivo poderá solicitar ao Poder Legislativo a redução das despesas autorizadas para o exercício financeiro, observado o disposto no inciso III do artigo 167 da Constituição Federal, quando o total das despesas autorizadas para o exercício financeiro for superior a 10% do total das despesas autorizadas para o exercício financeiro.

Art. 312 - Fica estabelecido que o Poder Executivo poderá solicitar ao Poder Legislativo a redução das despesas autorizadas para o exercício financeiro, observado o disposto no inciso III do artigo 167 da Constituição Federal, quando o total das despesas autorizadas para o exercício financeiro for superior a 10% do total das despesas autorizadas para o exercício financeiro.

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 313 - O Poder Executivo poderá solicitar ao Poder Legislativo a redução das despesas autorizadas para o exercício financeiro, observado o disposto no inciso III do artigo 167 da Constituição Federal.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS  
CNPJ Nº 08.782.146/0001-48  
Av. Major Augusto Bezerra, 02 – centro. CEP: 58228-000  
Fone/ Fax: (83) 3377 1058; E-mail: [adm@pmdonaines.pb.gov.br](mailto:adm@pmdonaines.pb.gov.br)

**Art. 26º** - Até 30 dias após a publicação do orçamento o Poder Executivo elaborará a Programação Financeira de Desembolso, por função de governo, para todas as unidades orçamentárias e estabelecerá as Metas Bimestrais de Arrecadação segundo as fontes e sub-fontes de receita.

**Art. 27º** - Até o dia 31 de agosto a Câmara Municipal encaminhará a sua proposta parcial de orçamento para inclusão na Proposta Geral que lhe será remetida até o dia 30 de setembro.

**Art. 28º** - As emendas substanciais a proposta de orçamento deverão ser acompanhadas de exposição justificativa e acompanhada de demonstrativo com indicação detalhada dos programas de trabalho inseridos e dos que deverão servir de fonte compensatória.

**Parágrafo Único** – Nenhuma emenda será aprovada se estiver em desacordo com as disposições previstas no Caput deste artigo.

**Art. 29º** - Nenhuma alteração que implique em aumento da despesa poderá ser feita na proposta Orçamentária sem indicação de fonte de recursos correspondente.

**Art. 30º** - A Câmara Municipal somente poderá entrar em regime de recesso parlamentar após a votação da Proposta Orçamentária.

**Art. 31º** - Os Créditos Suplementares abertos com a cobertura de recursos colocados à disposição do Município pela União e/ou pelo Estado com destinação específica, não serão incluídos no limite autorizado na Lei de Orçamento.

**Art. 32º** - As pessoas jurídicas beneficiadas com subvenções ou auxílio financeiros concedidos pelo município ficam obrigadas a prestar contas da aplicação dos recursos na forma estabelecida em regulamento.

**Parágrafo Único** – O Município somente concederá subvenção ou auxílio financeiro a entidades sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública, na forma da Lei, que estejam em situação regular perante os órgãos competentes.

**Art. 33º** - As dotações destinadas a assistência a população carente, serão consignadas em rubricas apropriadas e beneficiarão, preferencialmente, famílias cuja renda per capita seja inferior a meio salário mínimo.

**Art. 34º** - As despesas relativas a programas nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social realizadas em cooperação com outras esferas de governo, serão incluídas de modo específico no orçamento.

**Art. 35º** - É vedada a redução ou dispensa de tributo, bem como a concessão de parcelamento não prevista em Lei ou Regulamento.



Art. 100 - Aşa cum s-a văzut în discuţiile de la începutul anului, în ceea ce priveşte activitatea de cercetare ştiinţifică în domeniul lingvistic, este necesar să se acorde prioritate studiilor de lingvistică aplicată, care să contribuie la dezvoltarea învăţământului românesc.

Art. 101 - Aşa cum s-a văzut în discuţiile de la începutul anului, în ceea ce priveşte activitatea de cercetare ştiinţifică în domeniul lingvistic, este necesar să se acorde prioritate studiilor de lingvistică aplicată, care să contribuie la dezvoltarea învăţământului românesc.

Art. 102 - Aşa cum s-a văzut în discuţiile de la începutul anului, în ceea ce priveşte activitatea de cercetare ştiinţifică în domeniul lingvistic, este necesar să se acorde prioritate studiilor de lingvistică aplicată, care să contribuie la dezvoltarea învăţământului românesc.

Art. 103 - Aşa cum s-a văzut în discuţiile de la începutul anului, în ceea ce priveşte activitatea de cercetare ştiinţifică în domeniul lingvistic, este necesar să se acorde prioritate studiilor de lingvistică aplicată, care să contribuie la dezvoltarea învăţământului românesc.

Art. 104 - Aşa cum s-a văzut în discuţiile de la începutul anului, în ceea ce priveşte activitatea de cercetare ştiinţifică în domeniul lingvistic, este necesar să se acorde prioritate studiilor de lingvistică aplicată, care să contribuie la dezvoltarea învăţământului românesc.

Art. 105 - Aşa cum s-a văzut în discuţiile de la începutul anului, în ceea ce priveşte activitatea de cercetare ştiinţifică în domeniul lingvistic, este necesar să se acorde prioritate studiilor de lingvistică aplicată, care să contribuie la dezvoltarea învăţământului românesc.

Art. 106 - Aşa cum s-a văzut în discuţiile de la începutul anului, în ceea ce priveşte activitatea de cercetare ştiinţifică în domeniul lingvistic, este necesar să se acorde prioritate studiilor de lingvistică aplicată, care să contribuie la dezvoltarea învăţământului românesc.

Art. 107 - Aşa cum s-a văzut în discuţiile de la începutul anului, în ceea ce priveşte activitatea de cercetare ştiinţifică în domeniul lingvistic, este necesar să se acorde prioritate studiilor de lingvistică aplicată, care să contribuie la dezvoltarea învăţământului românesc.

Art. 108 - Aşa cum s-a văzut în discuţiile de la începutul anului, în ceea ce priveşte activitatea de cercetare ştiinţifică în domeniul lingvistic, este necesar să se acorde prioritate studiilor de lingvistică aplicată, care să contribuie la dezvoltarea învăţământului românesc.

Art. 109 - Aşa cum s-a văzut în discuţiile de la începutul anului, în ceea ce priveşte activitatea de cercetare ştiinţifică în domeniul lingvistic, este necesar să se acorde prioritate studiilor de lingvistică aplicată, care să contribuie la dezvoltarea învăţământului românesc.

Art. 110 - Aşa cum s-a văzut în discuţiile de la începutul anului, în ceea ce priveşte activitatea de cercetare ştiinţifică în domeniul lingvistic, este necesar să se acorde prioritate studiilor de lingvistică aplicată, care să contribuie la dezvoltarea învăţământului românesc.

Art. 111 - Aşa cum s-a văzut în discuţiile de la începutul anului, în ceea ce priveşte activitatea de cercetare ştiinţifică în domeniul lingvistic, este necesar să se acorde prioritate studiilor de lingvistică aplicată, care să contribuie la dezvoltarea învăţământului românesc.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS  
CNPJ Nº 08.782.146/0001-48  
Av. Major Augusto Bezerra, 02 – centro, CEP: 58228-000  
Fone/ Fax: (83) 3377 1058; E-mail: [adm@pmdonaines.pb.gov.br](mailto:adm@pmdonaines.pb.gov.br)

Art. 36º - Se até o último dia do exercício de 2013 a Câmara Municipal não tiver concluído a votação da Proposta Orçamentária, a mesma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, ficando o Poder Executivo autorizado a utilizar mensalmente o equivalente a 1/12 (um doze avos) do montante atualizado de cada dotação, até a conclusão do processo de votação.

Art. 37º - O Poder Executivo poderá promover mediante Decreto, alterações e ajustes na sua estrutura administrativa, objetivando adequar-se à política de ajuste fiscal ora vigente, bem como promover concurso público e processo seletivo simplificado quando se fizer necessário.

Art. 38º - Para os fins previstos no artigo 16, § 3º, da Lei Complementar 101/2000, são considerados irrelevantes despesas com bens e serviços cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei 8.666/93.

Art. 39º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 40º - Esta Lei vigorará a partir da data de sua publicação.

Prefeito Municipal de Dona Inês, 13 de junho de 2013.

  
ANTONIO JUSTINO DE ARAÚJO NETO  
PREFEITO